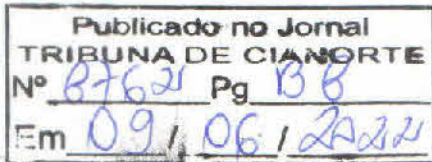


LEI MUNICIPAL Nº 1028/2022



“Fixa o valor para pagamento de Obrigações de Pequeno Valor/RPV, decorrentes de decisões judiciais, nos termos do Art. 100, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal.”

O Prefeito Municipal de Guaporema, Estado do Paraná, Senhor GILBERTO CASTIGLIONI, no uso das atribuições constitucionais de seu cargo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1 – Fica o poder Executivo Municipal autorizado a fazer o pagamento de débitos ou obrigações do Município de Guaporema/PR, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, nos termos do Art. 100, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal, sendo procedido diretamente pela Secretaria Municipal de Finanças, à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo competente – Requisição de Pequeno Valor/RPV.

Parágrafo Único – Para fins desta Lei consideram-se de pequeno valor os débitos ou obrigações correspondentes a R\$ 14.520,00 (quatorze mil, quinhentos e vinte reais).

Art. 2 – Os pagamentos das RPV's de que trata esta Lei serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município e serão atendidos conforme a ordem cronológica dos ofícios requisitórios protocolados na Secretária de Finanças.

Art. 3 – A Assessoria Jurídica do Município ficará atenta, para que nos autos dos processos respectivos não ocorra o fracionamento, repartição ou quebra do valor de execução, vedados no parágrafo 8º do art. 100 da Constituição Federal, sem prejuízo da faculdade de o credor renunciar ao crédito de valor excedente ao fixado no parágrafo único do Art. 1º desta Lei, para receber através de RPV.

Art. 4 – Para os pagamentos de que trata a presente Lei, será utilizada a dotação própria consignada no orçamento anual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA

Estado do Paraná

Rua Pará, 86 – Telefax: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210

CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70

e-mail: pmguaporema@uol.com.br

Art. 5 – O valor do RPV será atualizado anualmente por meio de decreto municipal, utilizando-se o INPC.

Art. 6 – A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal da Cidade de Guaporema – Estado do Paraná, aos sete dias do mês de Junho do ano de Dois Mil e Vinte e Dois (07/06/2022).


GILBERTO CASTIGLIONI

Prefeito Municipal

